

Ulysses reafirmou que é candidato à presidência da Constituinte

26 JUN 1986

Senado quer proibir propaganda oficial

JORNAL DE BRASÍLIA

Por falta de quórum às 20h55 o Senado encerrou ontem o segundo dia de esforço concentrado, depois de ter aprovado pela manhã projeto concedendo incentivos fiscais à Cultura, e à noite o subsídio ao leite. Mas a matéria mais importante do dia, do ponto de vista político, foi o projeto que proíbe a propaganda oficial nos 60 dias que antecedem o pleito eleitoral. A proposta será enviada à Câmara para ser apreciada no segundo semestre e receber posteriormente a sanção presidencial.

As lideranças governistas decidiram só incluir na pauta de votações matérias que não sejam consideradas polêmicas. Com isso, o projeto aprovado pela Câmara que suspende as ações de despejo até março do próximo ano não entrará na pauta deste semestre. Mas outros como a reforma da magistratura e os royalties ao petróleo serão apreciados ainda hoje, além de muitas outras matérias, a partir das 10 horas.

Pela manhã os senadores aprovaram, às 11h35, por unanimidade, mensagem presidencial concedendo incentivos fiscais à Cultura. O produtor de cinema Luis Carlos Barreto e a atriz Beth Faria assistiram a toda a sessão, e no final aplaudiram a aprovação do projeto.

Preocupada com a ameaça do senador Fábio Lucena (PMDB-AM) em obstruir todas as votações no Senado, a deputada Beth Mendes (PMDB-SP) veio ao plenário para convencer Lucena a não atrapalhar a aprovação da mensagem presidencial. Mas não foi preciso muita conversa, Lucena lhe garantiu que não obstruiria aquela votação. "Só obstruo a

burrice, a cultura não" disse o senador à atriz. A matéria subiu à sanção presidencial.

Na mesma sessão, os senadores aprovaram ainda projeto de lei que concede aumentos salariais e reestrutura a polícia civil do Acre.

Já na segunda sessão extraordinária da manhã, que começou às 11h45, e foi encerrada às 13 horas, os pouco mais de 20 senadores que permaneceriam no plenário aprovaram três outras matérias. Na primeira, que concedia autorização para o governo do Piauí contrair empréstimo de Cz\$ 8.627.902,38, o senador Helvídio Nunes (PDS-PI) teve de conclamar seus colegas a aprovarem o projeto. "É evidente a falta de quórum. Mas peço aos meus colegas que aprovem a matéria".

Em seguida, foram aprovadas rapidamente projeto do senador Moacyr Duarte (PDS-RN), dispendo sobre a validade de concurso para o cargo ou emprego na administração federal e o projeto de Lei da Câmara, do deputado Leorne Belém (PDS-CE), autorizando os atuais parlamentares a usarem nas eleições deste ano o mesmo número que utilizaram na eleição passada.

Na sessão ordinária da tarde, que durou duas horas e meia, nenhum projeto foi apreciado pelo plenário, devido à obstrução do senador Fábio Lucena e também ao desinteresse dos líderes da Aliança Democrática. Eles estavam mais interessados em comparecer à Comissão de Constituição e Justiça, para dar parecer favorável às matérias que entraram nas sessões extraordinárias da noite.